



CARACTERIZAÇÃO DE UMA AMOSTRA DE JOVENS E ADULTOS EM RELAÇÃO À PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO

DOI: 10.22289/2446-922X.V6N2A27

Luiz Nison **Filler**¹
Eliana Barbosa de **Abreu**
Cláudia Borim da **Silva**
Daiane Fuga da **Silva**
José Maria **Montiel**

RESUMO

A automedicação realizada de forma indiscriminada pode gerar inúmeras consequências, sendo um problema de saúde pública. Deste modo, objetivou-se avaliar a prática de automedicação de jovens e adultos. Tratou-se de um estudo descritivo, de corte transversal, com amostragem por conveniência de 184 participantes com idade entre 18 e 35 anos, submetidos a um instrumento de questões sobre variáveis sociodemográficas e relacionadas às práticas de automedicação, num período recordatório de 15 dias. Apresentou-se alta incidência do gênero feminino (80,4%) e de jovens com idade entre 18 a 25 anos (66,3%). Houve uma predominância (89,7%) de participantes que utilizaram medicamentos nos últimos 15 dias, sendo que a maioria (81,5%) fez o uso de algum medicamento sem prescrição médica. Os principais medicamentos consumidos foram analgésicos/antitérmicos (29,3%) e antialérgicos/anti-histamínicos (14,2%). Os principais sintomas foram dor de cabeça (27,4%) e alergia (13,7%), a prática foi motivada por ter sido tratado anteriormente com o mesmo medicamento para a mesma doença (55,6%). A população diz conhecer o medicamento consumido (84,7%) e os riscos da automedicação (84,8%), avaliando o conhecimento dos riscos como alto (35,3%) e tendo a bula (47,0%) como o meio mais utilizado para busca de informações. Pressupõe que a automedicação pode estar mais voltada a uma questão de conhecimento e autoconfiança e não a uma escassez de acesso ao sistema de saúde. Para futuros estudos, recomenda-se uma investigação sobre essa prática ser caracterizada como responsável ou indiscriminada, também avaliando de maneira mais aprofundada os primeiros contatos e fontes de indicações que os indivíduos praticantes possuem.

415

Palavras-chave: Autocuidado; Uso de Medicamentos; Abuso de Substância; Inquéritos Epidemiológicos; Saúde Pública.

CARACTERIZATION OF A SAMPLE OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN RELATION TO THE SELF-MEDICATION PRACTICE

ABSTRACT

Indiscriminate use of self-medication may result in serious consequences, concerning a public

¹ Endereço eletrônico de contato: luiznison.ac@gmail.com

Recebido em 16/10/2020. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 30/11/2020.



health problem. Thus, the main purpose of this study was to assess the practice of self-medication by young people and adults. This is a descriptive, cross-sectional study, with convenience sampling of 184 participants aged between 18 and 35 years, submitted to an instrument of questions about sociodemographic variables and related to self-medication practices, in 15-day recall period. It showed high incidence of females (80,4%) and of young people aged between 18 and 25 years (66,3%). There was a predominance (89,7%) of participants who used drugs in the last 15 days, majority (81,5%) used some medication without prescription. The main drugs consumed were analgesics/antipyretics (29,3%) and antiallergics/antihistamines (14,2%). The main symptoms were headache (27,4%) and allergy (13,7%), the practice was motivated by having previously been treated with the same medication for the same disease (55,6%). Population says they know medication consumed (84,7%) and risks of self-medication (84,8%), assessing the knowledge of risks as high (35,3%) and having the drug leaflet (47,0%) as the most used means of searching for information. So presupposes self-medication may be more focused on question of knowledge and self-confidence and not to lack of access to health system. For future studies, an investigation is recommended about this practice being characterized as responsible or indiscriminate, also evaluating in more depth first contacts and sources of referrals that practicing individuals have.

Keywords: Self-Care; Medication Use; Substance Abuse; Epidemiological Inquest; Public Health.

CARACTERIZACIÓN DE UNA MUESTRA DE JÓVENES Y ADULTOS EN RELACIÓN CON LA PRÁCTICA DE AUTOMEDICACIÓN

RESUMEN

El uso indiscriminado de la automedicación puede producir demasiadas consecuencias, siendo un problema de salud pública. Así, con el objetivo de evaluar la práctica de la automedicación en jóvenes y adultos. Un estudio descriptivo, transversal, con una muestra de conveniencia de 184 participantes, con edades entre 18 y 35 años, sometidos a un cuestionario de variables sociodemográficas y acerca de las prácticas de automedicación, con un período de recordación de 15 días. Se presentó una alta incidencia de género femenino (80,4%) y jóvenes de 18 a 25 años (66,3%). Hubo un predominio (89,7%) de los participantes que utilizaron medicación en los últimos 15 días, la mayoría (81,5%) de ellos hizo uso de alguna medicación sin prescripción médica. Las principales medicinas consumidas fueron analgésicos/antipiréticos (29,3%) y antialérgicos/antihistamínicos (14,2%). Los principales síntomas fueron cefalea (27,4%) y alergia (13,7%), la práctica estuvo motivada por haber sido previamente tratado con la misma medicación para la misma enfermedad (55,6%). La población dice conocer la medicación consumida (84,7%) y los riesgos de la automedicación (84,8%), evaluando el conocimiento de los riesgos como alto (35,3%) y teniendo el prospecto (47,0%) como los medios más utilizados para buscar información. Asume que la automedicación puede estar más relacionada con una cuestión de conocimiento y confianza en uno mismo y no con la escasez de acceso al sistema de salud. Para estudios futuros, se recomienda una investigación acerca esta práctica como responsable o indiscriminada, evaluando también con mayor profundidad los primeros contactos y fuentes de indicaciones que tienen los practicantes.

Palabras clave: Autocuidado; Utilización de Medicamentos; Medicamentos sin Prescripción; Encuestas Epidemiológicas; Salud Pública.



1 INTRODUÇÃO

A automedicação, um dos fatores constituintes do conceito de autocuidado, pode ser entendida a partir de um consenso da literatura como sendo o consumo de medicamentos sem prescrição de profissionais da área de medicina, abarcando também a reutilização de antigas prescrições, utilização de estratégias não convencionais como plantas medicinais e remédios caseiros, bem como, a modificação do modo de uso de alguns medicamentos (World Health Organization [WHO], 1998).

Decorrem diversos determinantes da automedicação, os quais promovem variações e peculiaridades conforme a geolocalização, fatores econômicos, políticos e culturais de uma determinada sociedade, abrangendo também aspectos sociodemográficos como, por exemplo, classe social, grau de instrução acadêmica, faixa etária, gênero, acesso a serviços de saúde e entre outros (Arrais et al., 1997; Loyola-Filho, Uchoa, Guerra, Firmo, & Lima-Costa, 2002). Em virtude da praticidade e efetividade do uso de medicamentos e sua função simbólica em auxiliar no provimento de uma vida sem sofrimentos ou dores, ele acaba por fornecer as razões para a prática da automedicação, podendo tornar-se um problema de saúde pública (Naves, Castro, & Carvalho, 2010).

A automedicação responsável, incentivada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma prática benéfica à sociedade e ao indivíduo, sendo um complemento aos sistemas de saúde que habitualmente faz uso e acaba diminuindo a superlotação dos serviços de saúde, proporcionando uma maior disponibilidade de serviços, colaborando para uma economia de tempo e dinheiro para ambas as partes (WHO, 1998; 2000; 2012). Entretanto, ao ser exercida de forma indiscriminada, pode gerar inúmeros efeitos indesejados e ocasionar consequências adversas como: incorretos autodiagnósticos; escolha errônea para tratamento; interação medicamentosa e/ou alimentar; dificuldade e falha no reconhecimento e compartilhamento das reações nocivas; confusão entre medicamentos; gasto público desnecessário para lidar com enfermidades (WHO, 2000).

Recente levantamento realizado em 2019 (Datafolha, 2019) constatou que 77% da população brasileira utilizou medicamento sem a devida prescrição médica com predomínio dos Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) e entre os mais utilizados pelos brasileiros que se automedicam foram analgésicos e antitérmicos (50%), seguidos pelos antibióticos (42%) e relaxantes musculares (24%). A utilização desses medicamentos na população brasileira tem maior prevalência no gênero feminino e no intervalo etário entre 20 a 39 anos (Arrais et al., 2016), com uma predominância (78%) da não ocorrência de dúvidas sobre sua utilização, enquanto 22% enfrentam dúvidas. Esta última parcela conta com o auxílio da Internet (6%) para a busca de



respostas e/ou leitura da bula, porém principalmente da família, amigos e vizinhos (25%), influenciando essencialmente as pessoas de 16 a 24 anos (Datafolha, 2019).

Abarcando o atual estado de pandemia do SARS-CoV-2 e seus efeitos, pesquisa realizada no primeiro trimestre de 2020 aponta impactos no mercado farmacêutico, com um aumento considerável das vendas de medicamentos (Conselho Federal de Farmácia [CFF], 2020). Deste modo, esta população está passível a influência e alta adesão da automedicação e seus multideterminantes, dispendo, assim, de seus riscos e benefícios à saúde (Datafolha, 2019).

Estudos realizados em diferentes regiões do Brasil apontam que esta faixa etária de jovens e adultos se destaca entre as que possuem maiores taxas de incidência da automedicação, apresentando alta heterogeneidade referente esta prática e aos fatores associados (Araújo, 2014; Domingues et al., 2017; Mendes, 2010). Alguns responsáveis pela estimulação deste uso inadequado nesta população são: a facilidade na aquisição de medicamentos; o fácil acesso as informações disponíveis na Internet; as recomendações por pessoas próximas e funcionários das farmácias; a carência de políticas públicas inerentes aos riscos desses comportamentos; e as propagandas massivas (Albuquerque et al., 2015; Amaral, 2008; Aquino, Barros, & Silva, 2010).

Desta forma, evidencia-se alta adesão por parte de jovens e adultos na automedicação, e compreende-se que essa prática quando realizada de forma indiscriminada, proporciona risco e malefícios tanto ao indivíduo quanto ao sistema de saúde. Estabelece-se, assim, o objetivo de avaliar a prática de automedicação de jovens e adultos, fundamentado pela importância e necessidade de melhor compreensão desta prática e explanação de suas características na devida amostra populacional investigada.

418

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Amostra e desenho de estudo

Trata-se de uma pesquisa descritiva de campo, com análise de dados quantitativa e com corte transversal, na qual utilizou-se uma amostragem não aleatória por conveniência, sendo composta por 184 jovens e adultos com idade entre 18 e 35 anos. Todos os participantes que compuseram a amostra assinaram voluntariamente o termo de consentimento livre e esclarecido.

Instrumentos

Como instrumento para a coleta de dados, foi utilizado um questionário online disponibilizado pela plataforma Google Formulários, o qual foi composto por questões de autopreenchimento sobre



variáveis sociodemográficas e relacionadas às práticas de automedicação, tendo sido adotado o período recordatório de 15 dias para as questões acerca desta prática. Ademais, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e aceite, sendo que aqueles que não concordaram com os termos foram excluídos da amostra, assim como aqueles que tinham idade inferior a 18 anos e superior a 35 anos.

Procedimentos

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu (USJT), São Paulo (SP), Brasil, sob o parecer nº 4.254.547 (CAAE: 37137620.4.0000.0089), deu-se início ao procedimento de coleta de dados. Os participantes foram convidados por meio de uma carta-convite, na qual foi delimitado e apresentado o objetivo da pesquisa e quais eram os requisitos para participação. Os convites ocorreram via redes sociais (Facebook, Whatsapp, Instagram). O questionário foi respondido via a plataforma online Google Formulários no período do mês de setembro do ano de 2020.

Análise de dados

Após término do período de coleta de dados, as informações do questionário foram importadas da plataforma Google Formulários e transpostas para uma planilha do software Microsoft Excel 365, sendo submetidos à análise estatística descritiva, a fim de conhecer e explicitar o perfil da amostra. Em seguida, os dados foram transferidos para o software IBM Statistical Package for Social Science (SPSS) versão 21.0 para viabilizar as análises.

419

3 RESULTADOS

Tabela 1

Indicadores sociodemográficos e prática da automedicação de jovens e adultos

Variáveis	Automedicação*				Total	
	Sim		Não		F	%
	F	%	F	%		
Gênero						
Feminino	126	68,5	22	12,0	148	80,4
Masculino	24	13,0	12	6,5	36	19,6
Idade						
18 - 21	54	29,3	10	5,4	64	34,8
22 - 25	48	26,1	10	5,4	58	31,5
26 - 29	28	15,2	11	6,0	39	21,2



30 - 35	20	10,9	3	1,6	23	12,5
Autodeclaração						
Branco	104	56,8	24	13,1	128	69,9
Pardo	29	15,8	7	3,8	36	19,7
Preto	13	7,1	2	1,1	15	8,2
Amarelo	3	1,6	1	0,5	4	2,2
Estado civil						
Solteiro	130	70,7	29	15,8	159	86,4
Casado	19	10,3	5	2,7	24	13,0
Divorciado	1	0,5	0	0,0	1	0,5
Nível Educacional						
Ensino fund. completo	1	0,5	0	0,0	1	0,5
Ensino médio incompleto	1	0,5	0	0,0	1	0,5
Ensino médio completo	18	9,8	3	1,6	21	11,4
Ensino super. incompleto	76	41,3	18	9,8	94	51,1
Ensino super. completo	54	29,3	13	7,1	67	36,4
Trabalha						
Sim	108	58,7	25	13,6	133	72,3
Não	42	22,8	9	4,9	51	27,7
Renda Familiar						
Até 1 salário mínimo	11	6,0	2	1,1	13	7,1
De 1 a 3 salários mínimos	58	31,5	16	8,7	74	40,2
De 4 a 5 salários mínimos	50	27,2	11	6,0	61	33,2
6 ou mais salários mínimos	31	16,8	5	2,7	36	19,6
Sistema de Saúde						
Sistema particular	113	61,4	22	12,0	135	73,4
Sistema público	37	21,1	12	6,5	49	26,6
Consultas Médicas por ano						
1 vez	29	15,8	8	4,3	37	21,1
2 vezes	31	16,8	7	3,8	38	20,7
3 vezes	31	16,8	7	3,8	38	20,7
4 vezes	16	8,7	7	3,8	23	12,5
5 ou mais vezes	43	23,4	5	2,7	48	26,1

(*) automedicação considerando os 15 dias que antecederam o responder do instrumento.

Do total de 184 participantes, apresentou-se uma alta incidência do gênero feminino (80,4%) e de jovens com idade entre 18 a 25 anos (66,3%), brancos (69,9%), solteiros (86,4%) e com ensino superior incompleto (51,1%). Quanto à situação ocupacional, a maioria da amostra trabalhava (72,3%), possuindo uma renda familiar mensal de 1 a 5 salários mínimos (73,4%). Destes participantes, denota-se a frequência de 1 a 2 vezes por ano (41,8%), seguido de 3 a 4 vezes por ano (33,2%) de consultas médicas, sendo que um maior número utilizou o sistema particular de saúde para consultas médicas (73,4%) (Tabela 1).

Tabela 2

Perfil da automedicação de jovens e adultos

Variáveis	F	%
Uso de medicamentos nos últimos 15 dias		



Sim	165	89,7
Não	19	10,3
Uso de medicamentos sem prescrição médica nos últimos 15 dias		
Sim	150	81,5
Não	34	18,5
Uso do medicamento sem prescrição por semana		
1 a 2 vezes	82	57,7
3 a 4 vezes	31	21,8
4 a 5 vezes	8	5,6
6 a 7 vezes	15	10,6
8 ou mais vezes	6	4,2
Conhece o medicamento que está consumido		
Sim	127	84,7
Não	23	15,3
Procura informações sobre contraindicações e efeitos colaterais antes da ingestão		
Sim	149	81,0
Não	35	19,0
Meio mais utilizado para busca de informações		
Amigos e familiares	20	10,9
Bula	86	47,0
Farmacêutico	12	6,6
Internet	58	31,7
Médicos	7	3,8
Conhecimento dos riscos da automedicação		
Sim	156	84,8
Não	28	15,2
Avaliação do conhecimento do risco da automedicação		
Nenhum	4	2,2
Muito baixo	4	2,2
Baixo	24	13,0
Razoável	61	33,2
Alto	65	35,3
Muito Alto	26	14,1

421

Uma grande porcentagem dos participantes (89,7%) utilizaram medicamentos nos últimos 15 dias. Destes, a maioria (81,5%) fez o uso de algum medicamento sem prescrição médica e com frequência de 1 a 2 vezes por semana (57,7%). Esta mesma população diz que conhece o medicamento que foi consumido (84,7%) e os riscos da automedicação (84,8%), avaliando, principalmente, o conhecimento dos riscos dessa prática entre alto (35,3%) e razoável (33,2%). Também houve a predominância de indivíduos que procuram informações sobre contraindicações e/ou efeitos colaterais antes da ingestão dos medicamentos (81,0%), sendo que a bula (47,0%) e a Internet (31,7%) os meios mais utilizados para busca de informações (Tabela 2).

Tabela 3

Medicamentos utilizados sem prescrição médica por jovens e adultos

Medicamentos	F	%
Analgésicos /antitérmicos	101	29,3
Antialérgicos/anti-histamínicos	49	14,2
Antiasmático	5	1,4
Anticoncepcionais	18	5,2
Anti-inflamatório	46	13,3
Corticoides nasais (sprays nasais com corticoides)	19	5,5
Corticoides sistêmicos (via oral)	13	3,8
Descongestionantes/vasoconstritores nasais	16	4,6
Plantas medicinais	19	5,5
Remédios caseiros	13	3,8
Remédios para resfriados/gripes	28	8,1
Xaropes	11	3,2
Outros medicamentos	7	2,0

Dentre os medicamentos assinalados pelos participantes, os principais foram analgésicos/antitérmicos (29,3%), antialérgicos/anti-histamínicos (14,2%) e anti-inflamatórios (13,3%) (Tabela 3). A automedicação nessa população foi, sobretudo, praticada devido os sintomas de dor de cabeça (27,4%), alergias (13,7) e rinite (12,7%) e motivado por ter sido tratado anteriormente com o mesmo medicamento para a mesma doença (55,6%), havendo predomínio da indicação de prescrições anteriores (49,6%) e por amigos e familiares (39,6%) (Tabela 4).

422

Tabela 4

Sintomas, motivos e indicações da automedicação em jovens e adultos

Variáveis	F	%
Sintomas		
Alergias	52	13,7
Doenças pulmonares	3	0,8
Dor de cabeça	104	27,4
Dores gastrointestinais	37	9,8
Febre	4	1,1
Infecções/inflamações na garganta	21	5,5
Infecções/inflamações no ouvido	4	1,1
Lesões de pele	9	2,4
Refluxo	14	3,7
Resfriado/gripe	31	8,2
Rinite	48	12,7
Sinusite	25	6,6
Outros sintomas	27	7,1

Principal motivo do uso sem prescrição ao invés de consultar um médico



Demora nos atendimentos	11	7,6
Elevado custos das consultas médicas	6	4,2
Falta de tempo	21	14,6
Ter sido tratado anteriormente com o mesmo medicamento para a mesma doença	80	55,6
Um familiar ou amigo tomou e indicou	17	11,8
Viu propaganda do medicamento na mídia (internet, TV, etc.)	3	2,1
Outros	6	4,2
<hr/>		
Indicados por		
Amigos e familiares	55	39,6
Mídias (TV, Internet, revista)	6	4,3
Prescrições anteriores	69	49,6
Profissional (não médico)	9	6,5

4 DISCUSSÃO

Estudos nacionais (Arrais et al., 2016; Delgado & Vriesmann, 2018) apresentam resultados semelhantes em suas pesquisas referentes aos indicadores sociodemográficos, como observado em (Mendes, 2010), sobre automedicação por classes socioeconômicas do município de Teresina, no qual aponta uma maioria do sexo feminino da faixa etária de 18 a 35 anos que se automedicam em ambos os grupos estudados. Simultaneamente, na atual pesquisa, nota-se uma preponderância desta prática em indivíduos de nível educacional do Ensino Superior e em solteiros, índices concordantes com resultados encontrados em estudos realizados especificamente com a população de estudantes universitários (Aquino et al., 2010; Galato, Madalena, & Pereira, 2012; Gama & Secoli, 2011).

423

Referente à autodeclaração da população estudada, Mendes (2010) apresenta maiores percentagens de pardos que realizaram a automedicação em ambos os grupos (53,57%; 46,74%), contrastando o resultado do presente estudo, a qual demonstra as pessoas brancas como maioria desta prática (56,8%), o que pode estar associado às diferenças amostrais relacionadas a alta presença de brancos (69,9%) na população estudada em comparação às demais, como pode ser vista em estudo realizado por Schuelter-Trevisol, Trevisol, Jung e Jacobowski (2011).

Sobre a situação ocupacional da amostra estudada, observa-se uma linearidade com o estudo de Domingues et al. (2017), este apresenta uma maioria de indivíduos de 18 a 65 anos que estavam empregados, conjuntamente com a pesquisa de Iuras, Marques, Garcia, Santiago e Santana (2016) com a maior taxa de indivíduos com uma renda familiar mensal de 1 a 5 salários mínimos. Percebe-se, também, uma alta utilização do sistema particular de saúde, aproximando-se de dados expostos em investigação realizada na população de acadêmicos, na qual houve uma maior porcentagem de sujeitos que faziam uso, principalmente, do sistema particular de saúde e



que frequentaram de 1 a 2 vezes por ano (54,4%) as consultas médicas, enquanto na atual pesquisa essas frequências representam uma leve predominância (41,8%) (Schuelter-Trevisol et al., 2011).

A alta prevalência de automedicação é vista em diversos estudos da literatura, principalmente com universitários (Albuquerque et al., 2015; Aquino et al., 2010; Schuelter-Trevisol et al., 2011; Silva et al., 2011), o que também pôde ser observado na pesquisa de Gama e Secoli (2017), a qual apresentou um índice de 76% de acadêmicos que recorreram às práticas de automedicação nos últimos 15 dias, esta semelhança, também presente no atual trabalho, pode estar relacionada com o fato da amostra estudada possuir em sua maior parte idade entre 18 a 25 anos, faixa etária tida como mais propensa às práticas de automedicação e com prevalência nacional de 21,6% (Arrais et al., 2016).

Há a possibilidade deste alto índice de automedicação em jovens e adultos no Ensino Superior estar correlacionado a contextos que facilitem o uso de medicamento, tanto para atingir um maior potencial acadêmico, como para também diminuir os efeitos de dificuldades na alimentação, falta de sono e estresse proporcionados por vivências acadêmicas e outros contextos (e.g. familiar e laboral). Ademais, os medicamentos têm ganhado uma maior representatividade na vida dos indivíduos, visto que estes os buscam para satisfazer necessidades referentes à recuperação e manutenção da qualidade de vida (Leite, Vieira, & Veber, 2008), podendo também ser consequências da massiva cultura de medicalização da vida, comumente observada na atualidade.

424

Esta antiga e frequente prática encontra-se em um novo cenário, não vivenciado anteriormente, da pandemia do SARS-CoV-2, havendo uma transição das atividades cotidianas para uma modalidade online, adotando aulas remotas e home-office, o que pôde ter propiciado riscos à saúde dos indivíduos devido, por exemplo, a ergonomia e as extensas horas frente a dispositivos eletrônicos, fatores estes já investigados e relacionados com cefaleias e dores musculoesqueléticas (Saueressig, Xavier, Oliveira, Pitangui, & Araújo, 2015; Silva, Pitangui, Xavier, Correia-Júnior, & Araújo, 2016). Ademais, sabe-se as influências climáticas na saúde da população advindas das estações do ano (e.g. trocas repentinas de temperatura, tempo seco, baixa umidade), em conjunto com a poluição (Murara, Mendonça, & Bonetti, 2013) e o período de realização da coleta de dados, mês de Setembro, esclarecendo os sintomas encontrados na atual pesquisa e os medicamentos para seu tratamento.

O sintoma de maior prevalência foi a dor de cabeça (27,4%), concernente com o medicamento mais apresentado pelos participantes, os analgésicos (29,3%), estes, encontrados com maior predominância na literatura, desde crianças a idosos (Aquino et al., 2010; Arrais et al., 2016). Destaca-se também, o alto índice de alergias (13,7%), rinite (12,7%), resfriado e gripe (8,2%) e sinusite (6,6%), os quais podem estar relacionados com as mudanças climáticas características da estação do ano já supracitadas e estabelecendo vinculação com os medicamentos para



tratamento destes sintomas, como os antialérgicos e anti-histamínicos (14,2%), anti-inflamatórios (13,3%), remédios para resfriados e gripes (8,1%). Evidencia-se, também, a possibilidade de influência neste consumo pela facilidade de acesso por alguns serem considerados medicamentos isentos de prescrições (MIPs), juntamente com a grande influência de propagandas motivadoras do consumo indiscriminado (Aquino et al., 2010; Naves et al., 2010).

Enfatiza-se que a utilização de prescrições anteriores e/ou vencidas podem contribuir para o mascaramento de doenças e de novos sintomas que acometem o indivíduo, bem como, a confusão entre sintomas e efeitos indesejados diante de uma prática corriqueira, suscitando para autodiagnóstico incorretos e/ou intoxicações. Salienta-se, também, a cautela para com as interações medicamentosas e modificações que podem ocorrer na sua fórmula ao longo do tempo (Arrais et al., 1997).

Dentre os principais motivos que levou a automedicação dos participantes ao invés de consultar um médico foi terem sido tratados anteriormente com o mesmo medicamento para a mesma doença (55,6%), fato apontado em outros trabalhos realizados com a população brasileira (Matos, Pena, Parreira, Santos, & Coura-Vital, 2018; Schuelter-Trevisol et al., 2011), este índice pode ser fundamentado pela presença de prescrições anteriores (49,6%), pontuada como principal fonte de indicação. Deste modo, supõe-se que a efetividade do medicamento em experiências anteriores com sintomas semelhantes foi suficiente para dispensar serviços médicos, fortalecendo, assim, uma autoconfiança para esta prática. Ademais, na categoria “outros”, relativo ao motivo principal, foram citados “pandemia” (n=2) e “medo de se infectar com o COVID-19” (n=2) como razões para não terem ido à consulta médica, destacando uma influência do contexto de pandemia na prática de automedicação.

425

Outro meio de indicação apresentado foi a categoria de amigos e familiares (39,6%), a qual pode indicar certa confiabilidade nas pessoas que estão indicando, seja por uma proximidade para com as quais indicam ou pela confiança creditada em seus conhecimentos transmitidos. Dados similares são apontados na população, por exemplo, de universitários os quais além de recorrerem a reutilização de receitas médicas, também buscam orientações com pais, amigos e/ou familiares (Gama & Secoli, 2011; Schuelter-Trevisol et al., 2011). Todavia, pouco se estuda o percurso desta informação e sua origem, ocasionando em um conhecimento frágil, mas de forte propagação.

Acerca do nível de entendimento dos próprios indivíduos, a maioria afirma conhecer sobre o medicamento que está consumindo e suas contraindicações (84,7%), tal como os riscos da prática de automedicação (84,8%), convergindo com a alta (35,3%) e razoável (33,2%) nota de autoavaliação dos participantes referente aos seus conhecimentos, dados estes que também estão presentes no estudo de Albuquerque et al. (2015). Desta forma, pressupõe que o alto conhecimento desta população, tanto sobre o próprio medicamento quanto referente os riscos de seu consumo, pode estar vinculado ao grau de formação como indicado em algumas pesquisas com público



universitário, sendo o oposto esperado para esse grupo, uma vez que a expectativa é que quanto mais conhecimento adquirido, menores são as práticas deliberadas, bem como, um maior acesso ao sistema particular de saúde e nível de renda apresentado pelos participantes diminua essa prática (Silva et al., 2011).

Diante disso, a busca por informações em bulas (41,0%) e na Internet (31,7%), nas quais há grande variedade de materiais sobre determinado medicamento, conjuntamente com indicações e contraindicações de uso, proporciona uma maior facilidade para o acesso tanto de conteúdos quanto de meios para a compra do mesmo, porém ressalta-se sobre a Internet também ser um espaço onde há uma massiva propagação de *fake news* e de informações baseadas no senso comum, estas que podem causar prejuízos a saúde e contribuir para a desinformação da população. Decorrendo assim, o fortalecimento da hipótese de a automedicação estar mais voltada a uma questão de conhecimento e autoconfiança e não a uma escassez de acesso ao sistema de saúde na amostra estudada (Silva et al., 2011; Vilarino et al., 1998).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se neste estudo um predomínio de praticantes de automedicação entre a população de jovens e adultos, sendo que, o gênero feminino foi o mais adepto dessa prática e o mais predominante no estudo. A dor de cabeça foi o principal sintoma que levou os participantes a se automedicarem, motivo que pode estar relacionado às mudanças promovidas pela pandemia e estação do ano, por conseguinte, a classe de medicamento mais utilizada foi a dos analgésicos, seguida por antialérgicos/anti-histamínicos e anti-inflamatórios, com maior indicação por prescrições anteriores e motivados por terem sido tratados anteriormente com o mesmo medicamento para a mesma doença. Ademais, a população investigada, apresentou conhecer os medicamentos e os riscos da automedicação, autoavaliando-se com alto conhecimento e que estes são buscados, principalmente, em bulas e na Internet.

Dentre as limitações da presente pesquisa, há a possibilidade da época de realização da coleta e análise de dados ter interferido nos principais sintomas e classes medicamentosas apontadas como, por exemplo, as queixas do sistema respiratório e os medicamentos para seu tratamento, assim como o contexto de pandemia pôde ter influenciado algumas variáveis, porém não tendo sido avaliado por transpassar os objetivos da atual pesquisa. Deste modo, para futuros estudos, recomenda-se uma investigação sobre essa prática ser caracterizada como responsável ou indiscriminada, também avaliando de maneira mais aprofundada os primeiros contatos e fontes de indicações que os indivíduos praticantes possuem. Ademais, é de extrema importância a realização de pesquisas acerca da influência da pandemia no automedicar-se da população. Ainda



que tais dados incitem a ideia de que o acesso facilitado a algumas medicações deve ser mais controlado, uma vez que algumas substâncias descritas tem maior potencial de efeitos adversos e danosos à vida da pessoa.

Percebe-se a variedade de avaliações da prática de automedicação, mostrando, por um lado, a preocupação de uma parcela da comunidade científica acerca da temática, e por outro lado evidenciando grandes diferenças metodológicas, por exemplo, no período recordatório utilizado para investigar a automedicação. Assim, justifica-se esforços na tentativa de desenvolver um instrumento avaliativo desta prática de automedicação da população brasileira, o qual poderia auxiliar numa padronização tanto dos dados a serem colhidos, analisado e comparados, quanto de critérios a serem estabelecidos para este ramo da ciência da saúde coletiva.

Diante do exposto, mesmo sendo este estudo uma caracterização amostral de uma determinada população, o mesmo destaca a importância quanto ao uso indiscriminado de determinadas medicações sem a devida prescrição, este aspecto instiga novos estudos no sentido de averiguar com maior eficácia tanto o acesso a determinadas substâncias, quanto como os meios sociais podem influenciar na ingestão medicamentosa. Ainda, é oportuno destacar que a disponibilidade de acesso a determinadas substâncias deve ser revistos, pois é sabido que o uso indiscriminado de algumas medicações podem acarretar problemas graves de saúde ao indivíduo e a população, o que torna o acesso e o uso nestes casos, um problema de saúde pública com repercussões incalculáveis.

427

6 REFERÊNCIAS

- Albuquerque, L. M. A. de, Franco, R. C. C., Silva, L. L. C. da, Dantas, A. F. F. B., Alencar, J. L. de, & Sá, M. F. C. P. (2015, janeiro-abril). Avaliando a automedicação em estudantes do curso de medicina da Universidade Federal Da Paraíba (UFPB). *Medicina & Pesquisa*, 1(1), 39-50. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rmp/article/view/18278>
- Amaral, S. M. (2008). *Fatores que influenciam na tomada de decisão dos consumidores na compra de medicamentos isentos de prescrição*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16571/000685385.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Aquino, D. S. de, Barros, J. A. C. de, & Silva, M. D. P. da (2010). A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(5), 2533-2538. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500027>
- Araújo, A. L. de (2014). *Estudos brasileiros sobre automedicação: análise da literatura*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília, Distrito Federal). Recuperado de <https://bdm.unb.br/handle/10483/8734>



- Arrais, P. S. D., Coelho, H. L. L., Batista, M. do C. D. S., Carvalho, M. L., Righi, R. E., & Arnau, J. M. (1997, fevereiro). Perfil da automedicação no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, 31(1), 71-77. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101997000100010>
- Arrais, P. S. D., Fernandes, M. E. P., Pizzol, T. da S. D., Ramos, L. R. R., Mengue, S. S., Luiza, V. L., ... Bertoldi, A. D. (2016). Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Rev. Saúde Pública*, 50(Supl. 2), 1-13. <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2016050006117>
- Conselho Federal de Farmácia. (2020). *Levantamento mostra como o medo da Covid-19 impactou venda de medicamentos*. Recuperado de <https://www.cff.org.br/noticia.php?id=5747>
- Datafolha. (2019, abril). Uso de medicamentos. Recuperado de https://www.cff.org.br/userfiles/file/Uso%20de%20Medicamentos%20-%20Relat%c3%b3rio%20_final.pdf
- Delgado, A. F. dos S., & Vriesmann, L. C. (2018). O perfil da automedicação na sociedade brasileira. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, 12(11), 57-75. Recuperado de <https://www.uninter.com/revistasaude/index.php/sauDeDesenvolvimento/article/view/950>
- Domingues, P. H. F., Galvão, T. F., Andrade, K. R. C. de, Araújo, P. C., Silva, M. T., & Pereira, M. G. (2017, abril-junho). Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 26(2), 319-330. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742017000200009>
- Galato, D., Madalena, J., & Pereira, G. B. (2012, dezembro). Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 17(12), 3323-3330. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012001200017>
- Gama, A. S. M., & Secoli, S. R. (2011, maio). Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil. *Rev. Gaúcha Enferm.*, 38(1), 1-7. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.01.65111>
- Iuras, A., Marques, A. A. F., Garcia, L. F. R., Santiago, M. B., & Santana, L. K. L. (2016). Prevalência da automedicação entre estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (Brasil). *Rev. Port. Estomatol. Med. Dent. Cir. Maxilofac.*, 57(2), 104-111. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rpemd.2016.01.001>
- Leite, S. N., Vieira, M., & Veber, A. P. (2008, abril) Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 13(Supl), 793-802. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000700029>
- Loyola-Filho, A. I. de, Uchoa, E., Guerra, H. L., Firmo, J. O. A., & Lima-Costa, M. F. (2002, fevereiro). Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. *Rev. Saúde Pública*, 36(1), 55-62. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102002000100009>
- Matos, J. F., Pena, D. A. C., Parreira, M. P., Santos, T. do C. dos, & Coura-Vital, W. (2018, janeiro-março). Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. *Cad. Saúde Colet.*, 26(1), 76-83. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800010351>
- Mendes, C. M. de M. (2010). *Perfil de automedicação em duas populações do município de Teresina*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Farmacologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza). Recuperado de http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2268/1/2010_dis_cmmendes.pdf



- Murara, P. G., Mendonça, M., & Bonetti, C. (2013) O clima e as doenças circulatórias e respiratórias em Florianópolis/SC. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, 9(16), 102-119. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/21642>
- Naves, J. de O. S., Castro, L. L. C. de, Carvalho, C. M. S. de, & Merchán-Hamann, E. (2010, junho). Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1), 1751-1762. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700087>
- Saueressig, I. B., Xavier, M. K. A., Oliveira, V. M. A., Pitangui, A. C. R., & Araújo, R. C. de. (2015, outubro-dezembro). Cefaleias primárias em adolescentes e sua associação com o uso excessivo de computador. *Rev. Dor. São Paulo*, 16(4), 244-248. <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20150049>
- Schuelter-Trevisol, F., Trevisol, D. J., Jung, G. S., & Jacobowski, B. (2011, novembro-dezembro). Automedicação em universitários. *Rev. Bras. Clin. Med.*, 9(6), 414-417. Recuperado de <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2011/v9n6/a2556.pdf>
- Silva, G. R. R., Pitangui, A. C. R., Xavier, M. K. A., Correia-Júnior, M. A. V., & Araújo, R. C. de. (2016). Prevalência de dor musculoesquelética em adolescentes e associação com uso de computador e jogos eletrônicos. *J. Pediatr. (Rio J)*, 92(2), 188-196. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2015.06.006>
- Silva, L. S. F. e, Costa, A. M. D. D., Terra, F. S., Zanetti, H. H. V., Costa, R. D., & Costa, M. D. (2011, janeiro-março). Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais. *Odontol. Clín-Cient.*, 10(1), 57-63. Recuperado de http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-38882011000100011&script=sci_arttext
- Vilarino, J. F., Soares, I. C., Silveira, C. M., Rödel, A. P. P., Bortoli, R., & Lemos, R. R. (1998, fevereiro). Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil. *Rev. Saúde Pública*, 32(1), 43-49. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101998000100006>
- World Health Organization. (1998, august). *The role of the pharmacist in self-care and self-medication: report of the 4th WHO consultative group on the role of the pharmacist*. Netherlands, The Hague: World Health Organization. Retrieved from <https://apps.who.int/iris/handle/10665/65860>
- World Health Organization. (2000). *Guidelines for the regulatory assessment of medicinal products for use in self-medication*. Switzerland, Geneva: World Health Organization. Retrieved from https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/66154/WHO_EDM_QSM_00.1_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- World Health Organization. (2012, october). *The pursuit of responsible use of medicines: sharing and learning from country experiences*. Switzerland, Geneva: World Health Organization. Retrieved from https://www.who.int/medicines/publications/responsible_use/en/